

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: 976bhxq3 SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 17/12/2025 Projeto de lei nº 2020/2025 Protocolo nº 13314/2025 Processo nº 4083/2025	
Autor: Dep. Valdir Barranco		

Dispõe sobre a criação do Programa Estadual "Estabelecimento Seguro" de incentivo, conscientização e orientação para a prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes em estabelecimentos comerciais e de serviços no âmbito do Estado de Mato Grosso.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do Estado de Mato Grosso o Programa Estadual "Estabelecimento Seguro" de incentivo, conscientização e orientação para a prevenção e combate à violência sexual e ao aliciamento contra crianças e adolescentes em estabelecimentos comerciais e de serviços.

Art. 2º. O Programa "Estabelecimento Seguro" é de adesão voluntária e tem como objetivos:

I - Oferecer diretrizes para a conscientização e capacitação dos funcionários sobre a identificação e a prevenção da violência sexual infantojuvenil;

II - Sugerir a criação e o uso de protocolos de segurança e ação imediata em casos de suspeita ou flagrante de violência nas dependências dos estabelecimentos;

III - Promover o reconhecimento público dos estabelecimentos que aderirem ao Programa e adotarem as boas práticas recomendadas.

Art. 3º. O Programa se destina a orientar estabelecimentos de grande circulação ou que possuam áreas destinadas ao lazer ou permanência de crianças e adolescentes, tais como: Shopping Centers, Lojas de Departamento, Hipermercados, Supermercados, e similares.

Art. 4º. O Estado de Mato Grosso, por meio dos órgãos competentes, fornecerá o material de apoio e orientação para que os estabelecimentos, mediante adesão voluntária, possam:

I - Promover a capacitação periódica de seus funcionários, incluindo terceirizados, sobre a "Identificação de

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

Sinais de Alerta e Prevenção do Abuso Sexual Infantojuvenil".

II - Manter um Protocolo Sugerido de Ação Imediata visando o fluxo de interrupção da agressão, acolhimento da vítima e acionamento prioritário das autoridades (Polícia Militar 190, Polícia Civil 197 e Conselho Tutelar 100).

III - Designar um funcionário como Ponto Focal de Segurança Infantil para coordenar a aplicação do Protocolo em eventuais situações de emergência.

IV - Afixar, em locais internos e discretos, informações sobre os canais de denúncia Disque 100 e Conselho Tutelar.

Art. 5º. O Programa sugere, como boas práticas, que os estabelecimentos:

I - Preservem as imagens e gravações relacionadas a incidentes ou denúncias de suspeita de abuso pelo período mínimo de noventa (90) dias.

II - Entreguem as imagens imediatamente e sem edições às autoridades policiais mediante requisição formal.

III - Mantenham cobertura de videomonitoramento nas áreas comuns de espera e circulação, como corredores, halls e áreas de lounge.

Art. 6º. A fiscalização do cumprimento das diretrizes do Programa para fins de certificação será exercida pelos órgãos estaduais competentes.

Art. 7º. Os estabelecimentos que aderirem ao Programa, comprovarem o treinamento de seus funcionários e a implementação do Protocolo de Ação Sugerido, farão jus à Certificação "Estabelecimento Seguro", a ser renovada anualmente.

Parágrafo único. A Certificação "Estabelecimento Seguro" permitirá ao estabelecimento o uso de selo ou placa de reconhecimento público, a ser definido pelo órgão regulamentador, como forma de valorização de sua responsabilidade social e contribuição para a segurança pública.

Art. 8º. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei para a fiel execução de suas disposições e definição dos critérios para a concessão da Certificação.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A proteção da criança e do adolescente é dever constitucional da família, da sociedade e do Estado, conforme preconiza o Art. 227 da Constituição Federal. O lamentável episódio ocorrido em Cuiabá, onde uma criança de 7 anos foi vítima de abuso sexual no interior de uma loja (conforme matéria do MidiaNews de 15 de abril de 2024: <https://www.midianews.com.br/cotidiano/camera-flagra-homem-abusando-de-crianca-em-loja-no-centro-de-cuiaba/510351>), reforça a necessidade urgente de mobilizar a sociedade civil para atuar como rede de proteção.

O presente Programa Estadual "Estabelecimento Seguro" propõe uma abordagem de incentivo e parceria,

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

buscando a adesão voluntária dos estabelecimentos comerciais. Em vez de impor obrigações e penalidades onerosas, o foco é oferecer orientação e reconhecimento público às empresas que, de forma proativa, investem na capacitação de seus funcionários e na adoção de protocolos de ação imediata.

Este projeto visa conscientizar, fornecendo ferramentas (treinamento e protocolo) para que os estabelecimentos se tornem espaços atenciosos e vigilantes, capazes de intervir e notificar as autoridades em casos de suspeita ou flagrante de violência, transformando-os em aliados ativos na defesa dos direitos humanos de nossas crianças. Portanto, solicito a aprovação do presente Projeto de Lei pelos nobres Pares desta Assembleia Legislativa.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 16 de Dezembro de 2025

Valdir Barranco
Deputado Estadual